

# Aconteceu longe demais. A luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)

Paulo Ribeiro da Cunha  
São Paulo, Editora Unesp, 2007, 306 pp.

GONZALO ADRIÁN ROJAS\*

Nós sempre tivemos a visão de que, se houvesse uma revolução operário-camponesa aqui, o nosso papel era fundamentalmente com as massas camponesas. Outro fator importante era que estávamos sob o fogo da vitória da Revolução Chinesa. A Grande Marcha nos causou um entusiasmo enorme, aí houve uma guinada à luta camponesa com o Manifesto de Agosto. Nós acreditávamos que, no Brasil, o

movimento camponês era o início de um movimento de libertação nacional. O estado de Goiás era eminentemente agrário e por isso o PCB tinha uma tradição muito grande de lutas no campo.

*Valter Waladares*, participante da guerrilha, entrevista de Ana Lúcia Nunes para o jornal *A nova democracia*, ano IV, nº 29, abril de 2006.

\* Pesquisador colaborador e pós-doutorando no Departamento de Ciência Política – IFCH/Unicamp.

As classes subalternas, por definição, não estão unificadas; portanto, a importância da política radica-se na possibilidade da sua unificação histórica. Diferentemente das classes dominantes, cuja unidade orgânica se dá no Estado ou na sociedade política, a história das classes subordinadas é uma função desagregada e descontínua da história da sociedade civil. Na esteira de Gramsci, podemos entender as *classes subalternas* como um conjunto heterogêneo de frações de classes que não formam parte do bloco histórico dominante em uma formação econômico-social dada.

Com espírito militante e rigor acadêmico, Paulo Ribeiro da Cunha convida-nos a atravessar esta ponte que liga as lutas dos posseiros de Formoso e Trombas em Goiás (1950-1964) e a atualidade das lutas populares no Brasil.

A pouco conhecida "República de Formoso e Trombas", uma vitória na história construída dialeticamente pelo campesinato brasileiro na sua luta pela terra, é analisada no marco dos processos políticos da sua época. O autor debruça-se, assim, na análise dos processos de ocupação e das lutas que o precederam, da fase de resistência, do período da luta revolucionária e do papel de José Porfirio, principal liderança que se incorporou como militante comunista nesse mesmo processo da luta.

Uma das hipóteses mais instigantes, trabalhada com força e bem argumentada é que os comunistas locais da região estudada e membros do Partido (desde 1962, Partido Comunista

Brasileiro - PCB) estariam em descompasso com a política partidária do Comitê Estadual em Goiás. Esta conclusão advém da análise das diversas formas de luta e organizações, nas distintas fases do conflito. A idéia da autonomia é necessária para se apreender a tensão entre as direções e as bases, entre a teoria e a prática. Logo, o autor critica com clareza uma dada bibliografia, cuja leitura expõe que o PCB, no campo, somente teria elaborado uma estratégia deliberada de contenção dos movimentos sociais, já que os critérios adotados pelo Partido veiculariam uma postura ambígua entre a proposta política e a ação prática decorrente dos seus militantes.

É nesse sentido que Cunha procura entender historicamente a ação do PCB. Nos movimentos localizados, em particular os geograficamente mais distantes dos grandes centros, defende a existência de uma autonomia política significativa em muitos momentos das direções partidárias intermediárias. Os principais fundamentos dessa defesa estão pautados nas crises de 1956, após o informe de Kruschew apresentado no XX Congresso do Partido Comunista, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (PCUS) e nas contradições internas às várias tendências partidárias. Uma estratégia, a "via chinesa", viabilizaria as condições de cerco das cidades, a partir do campo, sendo a luta armada o eixo norteador. Esse impasse durou até o início de 1958. Lembremos que essa discussão é realizada internamente ao PCB; já o Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

é conseqüência da ruptura de 1962. A corrente stalinista é quem funda o PCdoB por não admitir a mudança de nome e a supressão da ditadura do proletariado como palavra de ordem.

Em termos teóricos, o livro reflete com profundidade as elaborações acerca das relações sociais no Brasil — feudais ou capitalistas? —, um debate encerrado na “academia”, mas que ainda se encontra em aberto entre os movimentos populares. Retoma, assim, as teses de Caio Prado Junior, Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré, bem como as polêmicas decorrentes desse debate.

Ao problematizar, em termos teóricos e políticos, o conceito de campesinato, Cunha introduz agudas observações às teses desenvolvidas por Eric Hobsbawm e Eric Wolf, privilegiando como sujeito da história o povo organizado e criticando, assim, as análises marxistas — as quais denomina “ortodoxas” — centradas no proletariado urbano enquanto sujeito. Os traços essenciais dessas críticas estão presentes em intelectuais militantes do PCB como Mário Alves e Nestor Vera, os quais reavaliam o papel do campesinato, que passa a adquirir centralidade no processo revolucionário brasileiro.

O autor retoma, portanto, a trajetória do PCB — partido do qual foi militante — fazendo, no entanto, emergirem as dificuldades da intervenção do Partido, principalmente no campo, em virtude de vários fatores: sua debilidade, tanto organizativa, quanto da sua

formação teórica, bem como as crises políticas nacionais e internacionais que o afetaram naquele momento.

Abordando, em particular, a formação de PCB no estado de Goiás, Cunha faz um levantamento dos elementos que dificultaram sua inserção no campo até a década de 1950. Procura, pois, apontar as mudanças ocorridas nas políticas e nos elementos delineadores da estratégia política do PCB e de seu Comitê Central, mudanças estas concernentes à luta de Formoso e Trombas, no marco da crise do XX Congresso de PCUS, assim como aos impasses e às dicotomias entre lideranças intelectuais e camponesas até 1964.

Dessa forma, resgata o processo de luta e a intervenção do PCB nessa região, analisando, assim, a complexa articulação, entre o PCB, a Associação dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas de Formoso e Trombas (fundada em 1955) e a criação dos Conselhos de Córregos, que viabilizaram e facilitaram a comunicação e a atuação dos posseiros que resistiam à repressão policial. É, pois, através deste resgate que tenta demonstrar que o real poder político estava inserido naquilo que denomina *Núcleo Hegemônico*, o eixo político e organizacional condutor do processo de luta na região, sendo a Diretoria da Associação composta de uma maioria comunista.

O autor propõe uma discussão política, necessariamente polêmica e aberta, acerca do caráter das revoluções camponesas, criticando, desse modo, as leituras preconceituosas e superficiais sobre o PCB

do referido período. Considera, a partir dessa crítica, ser um equívoco a avaliação, após 1954, da possibilidade de um completo controle orgânico do comitê central de todo o processo político, independentemente das particularidades regionais e locais, nas quais os militantes comunistas estavam inseridos.

Cunha faz uma reconstrução sistemática e polêmica. Sistemática por conter a expectativa de restauração da ponte entre um passado de lutas e a atualidade; polêmica porque, muitas vezes, tanto em sua sagaz crítica aos críticos do PCB como na sua idéia de autonomia política das direções locais, parece existir uma excessiva diferenciação entre a direção e os quadros intermediários, algo difícil de ser imaginado num partido com a característica organizativa do PCB, ou seja, formalmente centralista democrática, mas, nos fatos, muito provavelmente centralista burocrática.

Cunha também nos faz lembrar que a estratégia das Ligas Camponesas (LC), dirigidas por Francisco Julião, gerou resultados diametralmente opostos aos esperados. No momento em que abandona a linha legalista em 1962, propõe, externamente ao PCB, a fundação de um Partido Revolucionário. Os resultados – dúbios – dessa fundação acarretaram, pois, a perda da sua influência junto ao campesinato e o crescimento, junto ao PCB, de setores da Igreja e da Ação Popular (AP). A debilidade das LC faz com que elas se ausentem da fundação da Confederação dos Trabalhadores

da Agricultura (CONTAG), controlada pelo PCB e aliada à AP. O autor não temeu a intenção do “moralista” de julgar se essa possibilidade era correta, reconhecida e coerente, procurando, assim, analisar como se justifica essa posição política ou quando e como os atores pensaram as possibilidades fornecidas pela realidade para organizar sua ação. É importante antecipar a seguinte elucidação: tanto as estratégias políticas “reformistas” como as “revolucionárias” foram derrotadas, embora não de maneira definitiva. Disso resulta que, na tentativa de análise do processo político, não se devem confundir categorias políticas com categorias analíticas.

Finalmente, é através de uma importante reflexão que o livro nos mostra que as lutas não começam sempre do zero ou do mesmo ponto de partida; há sempre uma tradição de luta que devemos recuperar para o entendimento das lutas atuais como sua continuidade; e esse é um aporte político de suma importância. Sem dúvida, as ditaduras militares na América Latina procuraram destruir essa memória histórica das lutas dos setores subalternos, através das prisões, assassinatos e desaparecimentos. Mas qualquer alternativa contra-hegemônica que procure construir um novo bloco histórico deve reconstruir essas pontes, tal como pretende o autor. Nesse sentido, *Aconteceu longe demais* é um livro que combina, na dose certa, a energia de um militante e o rigor teórico e acadêmico do pesquisador.

ROJAS, Gonzalo. Resenha de: CUNHA, Paulo Ribeiro. Aconteceu longe demais. A luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964). São Paulo: UNESP, 2007, 306 p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.26, 2008, p.191-194.

***Palavras-chave:*** Lutas; Posseiros; Brasil.